



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –
E-mail: conanda@sdh.gov.br - Acesse: www.direitosdacrianca.gov.br



275ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

29/08

Comissões Permanentes – PAUTA

CPP

Local: Sala SNPD, 8º andar, MDH

Horário: 09h às 13h

- Decreto a respeito da Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária
- Resolução conjunta do Conanda com o Conade
- Nota pública a respeito da Reforma do Ensino Médio e Base Curricular Nacional Comum
- Nota pública sobre a importância do aumento do quadro de auditores fiscais do MTE com vistas a fiscalização de todas as formas de trabalho infantil em todas as unidades federativas

CMF

Local: Sala de Reuniões da SNDCA, 8º andar, MDH

Horário: 09h às 13h

- Apresentação da Plataforma pela UNB
- Cartilha da SENASP

CDHAP

Local: Sala de Reuniões da SNPDDH, 9º andar, MDH

Horário: 09h às 13h

- Nota técnica sobre alienação parental
- PL do Conselho Tutelar
- Dique 100 e o terceiro protocolo

COF

Local: Sala de Reuniões Plenária 10º andar MDH

Horário: 09h às 13h

- Plano de aplicação - Discussão sobre os R\$1,600 milhões
- Nova Redação da resolução 137;
- Minuta Fundo a Fundo 2018;
- Ofício APAE (SEI);
- Projeto de Lei nº 10.640 – Floriano Pesaro;

Audiência Pública em comemoração 28 anos do ECA

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 9 do anexo II

Horário: 14h

30/08

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

9h00 -9h30 - **Abertura da 275ª Assembleia, aprovação da pauta e informes**

9h30– 10h00 – **Apresentação do Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Dr.**

Luís Carlos Martins Alves

10h00 – 11h00 – **Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças - COF**

11h00 - 12h00 - **Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação – CMF**

12h00 - 14h – **Intervalo para o almoço**

14h00- 14h30 – **Aprovação do Calendário 2019 das assembleias ordinárias do Conanda**

14h30-16h – **Relatoria da Comissão de Políticas Públicas –CPP**

16h00-18h00 – **Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar - CDHAP**

18h – **Encerramento da 275ª Assembleia Ordinária do Conanda**

RESUMO EXECUTIVO DA ASSEMBLÉIA

PARTICIPANTES

Conselheiros Titulares Presentes:

Governmentais:

Avelina Neta - Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda

Mariana Carvalho – Casa Civil

Luís Carlos - MDH

Eduardo Gomor – MP

Sociedade Civil:

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus

Antonio Lacerda Couto - Confederação Nacional Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani- Associação Brasileira de Educação e Cultura

Renato Bonfim – Casa da Cultura Ilê Asê D' Osoguâ - CCIAO
Lucimara Cavalcante – Associação Internacional Maylé Sara Kali
Anna Beatriz – Federação Nacional das APAES – FENAPAES
Regina Leão - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB
Glicia Thais Salmeron de Miranda- Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte
Danyel Iório - Secretaria Especial de Direitos Humanos
Ana Luiza - Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Luiz Barcelos – Ministério da Saúde
Ângelo Couto – Casa Civil

Sociedade Civil:

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia
Thais Dantas – Instituto Alana
Patricia Andrade – Aldeias Infantis SOS

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH
André Lima - Conanda/MDH
Arlete Alves - Conanda/MDH
Cleide Duarte - Conanda/MDH
Jean Marcos- Conanda//MDH
Patrícia Arantes - Conanda/MDH
Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH
Ananias Neves – Colegiado MG
Luiza Rosa – UNB
Maria Isabelle – UNB
Paulo Morais - Minc
Elisa Araujo – PCFC
Paulo Henrique Salesianos

1. Abertura, aprovação da pauta da 275ª Assembleia Ordinária:

O presidente do Conanda Professor Marquinhos faz abertura da 275ª Assembleia Ordinária, cumprimentando a todos presentes. Faz leitura da pauta e apresenta algumas alterações devido a audiência

pública do aniversário do ECA a assembleia será realizado semente hoje. Conselheira Glicia solicita que inclua o caso de Roraima na pauta ou em alguma comissão e todos aprovam a pauta, em seguida faz apresentação dos ofícios deliberados na plenária anterior e seus encaminhamentos a das atividades externas dos conselheiros. Como informe complementar o presidente relata a plenária a substituição do conselheiro Romero e passa a fala para ele se despedir. O conselheiro com a fala explica que a ANCED não se afasta do processo e que ele continua em outras frentes nacionais, com outras atividades e que o substituto dele irá dar continuidade ao trabalho e agrade a todos. O conselheiro Renato relata a grande admiração e carinho pelo Conselheiro Romero e sabe que ele irá continuar com a luta em defesa da criança e adolescente, conselheira Lucimara agradece em nome da AMSK todo apoio que ele sempre se dispôs.

Apresentação do Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Dr. Luís Carlos Martins Alves.

Ele cumprimenta a todos e relata que e com muita alegria que ele assume esse cargo, e espera viabilizar nesse pouco tempo temas e produtos que são importantes. E irá assumir o cargo nesse conselho e já teve contato com alguns conselheiros e conheceu algumas demandas desse conselho e o que depender dele as pautas que estão em andamento irá dar continuidade e quanto ao CPA ele irá se esforçar para dar agilizar o processo, pois na audiência pública foi muito importante a presença do adolescente Davi Alves. E outras demandas que são relevantes será dada o devido encaminhamento dentro do possível e relata que ele vem com desejo de contribuir para que esse colegiado continue na defesa dos direitos da criança e do adolescente e que o Conanda e uma estância privilegiada as sociedade pois cuida do tema de grande importância. O MPF vai julgar a questão do ensino domiciliar e na realidade social, cultural de muitas famílias brasileiras e com grande preocupação a SNDCA irá se pronunciar contrário e que apesar de todas as supostas ameaças esse trabalho não irá retroceder. E com esse espírito que com muita honra passa a integrar esse colegiado. O presidente do conselho informa que já houve providencia após a audiência de aniversário do ECA, após sua fala todos se apresentam ao Secretário. O conselheiro Romero relata ser a 5 vez que isso acontece no conselho troca de secretario isso para a política de crianças e adolescentes e muito prejudicial. Conselheiro Edmundo fala da grande luta pela intolerância religiosa e dos casos de ataque ao terreiros com feridos e até morte, conselheira Lucimara deseja boas vindas e relata das dificuldades do conselho e pede apoio para esse grande luta. O secretário diz que dentro do que for possível nesses 4 meses ele irá se desempenhar mais as limitações são muitas.

Mediante a apresentação do secretário e ofício do Ministro está oficialmente empossado o vice-presidente do Conanda Com ofício do ministro o secretario assume a vice- presidência e conselheiro Danyel mantem como suplente.

Aprovação por unanimidade do Secretário Luís Claudio Martins como vice-presidente do Conanda.

Relatoria da Comissão Organizadora da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Conselheiro Lacerda relata que a comissão vem se reunindo e dando encaminhamento para a realização de uma boa conferência e apresenta uma demanda que é urgente pois as conferências já começaram nos municípios e que é necessário o acompanhamento de todas as ações para que a Nacional tenha grande êxito, relata que a comissão tem recebido muitas demandas mesmo com um bom documento de referência isso não está sendo suficiente e necessário uma assessoria para atender exclusivamente, pois por mais que a secretaria tenha feito um bom acompanhamento não é o suficiente. Isso com recursos da SNDCA através de PRODOC já existente. A segunda demanda é a etapa nacional e preciso um recurso para garantir que quando as propostas das conferências Estaduais chegaram sejam feitos um rastreamento para sistematização e a demanda é por volta de R\$ 600.000,00 para formação das equipes para esse trabalho, incluindo atividades lúdicas, místicas, culturais e cuidar de todo processo de mobilização e comunicação, já existe uma proposta com todos os detalhes que ficara a disposição e por fim a demanda mais preocupante que é local para realização da Conferência e necessário a garantia imediata pois os espaços disponíveis são poucos, o valor de locação é em média de R\$ 1.000.000,00. O conselheiro Danyel esclarece que o processo para a locação do imóvel é feito através de chamada pública e o arquivo apresentado a todos onde especifica todos os gastos para conhecimento de todos. O presidente do Conanda esclarece que o encaminhamento será passado para a COF

2. Relato das comissões:

a) Comissão de Orçamento e Finanças - COF

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger

Relatoria: Danyel Íório de Lima

O conselheiro Edmundo inicia a relatório da comissão indicando como encaminhamento que o valor que sobrou do edital de R\$ 1.651.894,59 seja destinado a realização da conferência. O presidente consulta o plenário se há alguma outra proposta, o conselheiro Danyel propõem que esse valor seja utilizado para financiar as escolas de socioeducação que não receberam financiamentos no CE, RN e GO que é aproximadamente o mesmo valor. O presidente abre as perguntas, a conselheira Patrícia pergunta se esse valor for destinado as escolas de socioeducação como seria realizado a conferência? Conselheiro Edmundo diz que não tem previsão que no momento só existe esse valor para liberação e que existe outros recursos que não tem como garantir a liberação, Romero pergunta se o Governo acha que é mais importante no momento apoiar as escolas do que a conferência? Conselheiro Danyel representando o Governo responde que sim, a conselheira Roberta esclarece que essas escolas não são as mesmas acompanhadas pela CMF. Colocado em votação proposta 1 conferência – 14 votos - 2 escolas Sinase – 10 votos – valor será destinado a realização da conferência. Continuando a relatoria, o conselheiro Edmundo traz como informe que a COF continua discutindo a nova redação da Resolução 137 para

atender a demanda do Ministério Público do RJ tentando uma negociação com a procuradoria Geral da República para refazer o texto da Resolução para tentar um acordo antes do julgamento final. A comissão recebeu recurso da APAE sobre a edital que foi negado devido a comissão entender que não tinha fundamento e eles esclareceram somente pede que nos próximos editais sejam mais cautelosos com as classificações. Por fim a comissão analisou a proposta do Deputado Floriano Pesaro de SP que apresentou um projeto de lei que proibi o contingenciamento de recursos do fundo, porem por uma questão de logística da Câmara já existe outro projeto do Deputado Eduardo Barbosa de MG que trata o assunto e o projeto de lei já passou por uma comissão e já está mais adiantado e pensamos em conversar com os deputados para verificar a possibilidade de manter um projeto. Os encaminhamentos aprovados dessa comissão foram: Aprovado o recurso de R\$ 1.651.894,59 para utilização no processo da Conferência - local e carta acordo; Encaminhar para todos os conselheiros a proposta de orçamento 2019 encaminhado pela SNDCA e o ofício remetido para a Secretaria de Orçamento Federal – SOF.

O presidente do Conanda solicita que a chefe de gabinete a Sr.^a Maria Gutenara explique sobre a Parceria Global. Com a palavra ela explica que e uma parceira mundial onde a UNICEF em parceria com a SNDCA iniciou a construção de metas para enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes, o Brasil tentou anteriormente e não foi aceito, com uma nova oportunidade esse ano foi aceito e necessário a construção de um roteiro nacional que não seja um plano nacional e com ideia de ser um roteiro que seja utilizado para construção do PPA dos próximos anos pois o atual está vencendo ano que vem e com o fim da gestão atual e necessário haja a discursão inicial com a formação de uma comissão para esse trabalho imediato. Votação para formação da comissão da mesa diretora e um por comissão. Os encaminhamentos aprovados em plenário são: Criação de uma comissão composta por 6 representantes da mesa diretora e 8 representantes das comissões, respeitando a paridade; Foram parte da Comissão os conselheiros da sociedade civil: Jimena (MD), Marco (MD), Catarina (MD), Renato (CPP), Edmundo (COF), Glicia (CDHAP) e Regina (CMF); A SNDCA será a responsável pela mobilização para indicação dos conselheiros que farão parte da comissão.

Resolução da Eleição da Sociedade Civil (Eleição).

O presidente do Conanda esclarece que o Governo faz indicações dos conselheiros podendo ser substituídos também da mesma forma e sociedade civil e por meio de um processo eleitoral realizada por biênio, a resolução já passou pela sociedade civil, o conselheiro Danyel relata já ter observado e está de acordo, o presidente consulta se há necessidade da leitura total e há acordo de ler somente as adequações que e apresentado a todos. Colocado em votação aprovado por unanimidade.

Edital da Eleição da Sociedade Civil.

A proposta do presidente do Conanda e que o Edital levado a mesa diretora para adequações e ajuste do calendário, após socializado com todos os conselheiros para sugestões e retorna a mesa e devolve

a mesa para finalização, caso ocorra algum ponto sem consenso será apresentado na próxima assembleia isso evitar que perca um mês de prazo, todos concordam. Fica aprovados os seguintes encaminhamentos: A eleição deverá ocorrer entre a última semana de novembro e a primeira de dezembro; Encaminhamento da minuta para todos os conselheiros para contribuições; Após retorno encaminha-se para MD para aprovação ad referendum; Em caso de divergência dos membros da mesa retornar para a plenária de setembro. Ficando aprovado em plenário: A eleição deverá ocorrer entre a última semana de novembro e a primeira de dezembro; Encaminhamento da minuta para todos os conselheiros para contribuições; Após retorno encaminha-se para MD para aprovação ad referendum, em caso de divergência dos membros da mesa retornar para a plenária de setembro.

b) Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Coordenação: Eduardo Gomor

Relatoria: Roberta

A conselheira Roberta inicia a relatoria, comunicando que a comissão fez a leitura da cartilha da SENASP 6434 e elencaram pontos a serem alterados, não fizeram aprovação, apenas a análise e solicitaram o retorno da cartilha e foi destacado que por tratar de cartilha de direitos humanos contenha ilustrações voltada para isso. Quanto a nota dos 28 anos do ECA a comissão conseguiu fazer análise e as considerações e passaram para aprovação da mesa diretora e foi entregue na audiência pública de ontem. Ira acontecer um seminário de Migrantes foi encaminhado o convite e a comissão verificou a participação de dois adolescentes do CPA e como temos o protocolo de participação com proteção que a orientação da necessidade de 30 dias antes para todo processo de participação e como o CPA não foi lançado qualquer processo de escolha gera conflito, esse e o encaminhamento da comissão e coloca se plenária está de acordo. Quanto apresentação da Plataforma virtual de participação de adolescente – CPA desenvolvida pela UNB, eles trouxeram para a comissão e um ambiente virtual muito interessante e de fácil acesso e dinâmico, foi possível fazer teste. A comissão não colocou nos encaminhamentos mais e valido lembrar que está acabando as consultorias tanto da CPA quando da UNB e temos que garantir para o futuro como manter a consultoria para movimentar a ferramenta. Quanto as Escola de Conselhos solicitamos relatório quanto a efetividade e eficácia das mesmas, o qualitativo, metodologia e alterações quanto as Escolas de Conselhos, se foram ou não implementadas, a comissão aguarda esse retorno para próxima reunião e quanto a Amazônia Legal quando irá iniciar e Status do grupo gestor do Sipia. Ficando os encaminhamentos aprovados em plenária: Apresentação da Plataforma virtual de participação de adolescente – CPA desenvolvida pela UNB: pensar em estratégias para manutenção da plataforma (participação/manutenção da ferramenta/mobilizador); Reencaminhar ofício sobre a participação dos adolescentes por estado e enviar cópia para o conselheiro do Estado; Encaminhamento dos produtos da Consultoria que acompanha a implementação do CPA nos Estados (Produtos da consultora Monique); Encaminhar os produtos da consultoria do ambiente virtual para a CMF; Encaminhar para CMF o status do grupo gestor do Sipia Conselho Tutelar; Encaminhar relatório indicando quanto a efetividade

e eficácia das mesmas, o qualitativo. Metodologia e alterações quanto as Escolas de Conselhos, se foram ou não implementadas. Amazônia Legal, quando irá iniciar.

Aprovação do Calendário 2019 das assembleias ordinárias do Conanda.

A secretaria executiva do Conanda a Sr.^a Verena Martins explica e necessidade de aprovação antecipada do calendário de reuniões do conselho para garantir as salas, devido ao grande número de solicitações foi necessário a reserva antecipada. E apresentado o calendário e aprovado por unanimidade.

c) Comissão de Políticas Públicas /CPP.

Coordenador: **Catarina de Santana Silva**
Relatoria: **Francisco.**

O conselheiro Francisco inicia a relatoria com a pauta sobre resolução conjunta de criança e adolescência com deficiência, a conselheira Anna Beatriz explica que a resolução já passou pela plenária do CONADE onde fizeram as sugestões e pela CPP e será encaminhada para assessoria jurídica da sequência aos transmites. Conselheiro Francisco faz a leitura para o plenário. Aprovado por unanimidade após várias considerações.

O Decreto a respeito da Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária, a conselheira Catarina explica que esse tema faz do planejamento estratégico da comissão que começou a ver todo histórico, a coordenadora da Geral de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescentes a Sr.^a Inajara contribuiu trazendo o histórico e documentos. A comissão começou a trabalhar a minuta do decreto, o conselheiro Francisco faz a leitura do Decreto que e aprovado por unanimidade.

Nota pública sobre a importância do aumento do quadro de auditores fiscais do MTE com vistas a fiscalização de todas as formas de trabalho infantil em todas as unidades federativas. Após a apresentação dos representantes do FNPETI e a SIT/MTB trouxeram a questão da necessidade de concursos públicos para auditores fiscais do trabalho, especialmente no que tange o combate ao trabalho infantil e saiu como encaminhamento a questão da nota, foi produzida pela comissão e será apresentada a esse pleno. Conselheiro Francisco faz leitura da nota de apoio. Conselheiro Edmundo fala que além da necessidade de ampliar a nota sobre além de novas vagas de fiscais e a manutenção das cotas estabelecidas para aprendizagem. Aprovada por unanimidade. Outra pauta que a comissão tem acompanhado e em relação a Reforma do Ensino Médio e Base Curricular Nacional Comum e será apresentada pelo conselheiro Francisco a leitura da Nota de Repúdio do CONANDA acerca da construção da nova Base Nacional Curricular Comum do Ensino Médio e a baixa participação da sociedade civil e órgãos vinculados ao debate da educação. Nota aprovada por unanimidade. Ficando os seguintes encaminhamentos aprovados pelo plenário: Aprovada a minuta de decreto CFC; Encaminhar a minuta do Decreto para CONJUR/MDH; Aprovada a Nota Pública; Encaminhar a nota pública para o CNE, MEC, Fórum Nacional de Aprendizagem, CONAETI, Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho

Aprovada a Nota Pública; Ministério do Trabalho, Congresso Nacional, CPA, Fóruns Estaduais e Nacional dos DCA, Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, OAB, Conselhos do MDH, Procuradoria Geral do Trabalho; Convidar a Procuradoria Geral do Trabalho para reunião da CPP. CPP construir nota sobre a CBO > encaminhar para os conselheiros para contribuições > Mesa Diretora aprova ad referendum; A nota deve ser encaminhada até o dia 13 para o Ministério do Trabalho. Aprovação da minuta da resolução; Devolutiva do CONADE sobre o texto da resolução conjunta com o CONANDA sobre as diretrizes para o atendimento de crianças e de adolescentes com deficiência no Sistema de Garantia dos Direitos – SGD; Encaminhar para CONJUR/MDH a minuta da resolução.

d) Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP

Coordenador: **Jimena**

Relatoria: **Avelina**

A conselheira Avelina inicia a relatoria, relatando que as notas irá necessitar de mais tempo os demais são informes. Como primeira ponto será apresentado a pauta do Disque 100 e o terceiro protocolo, com a palavra para a conselheira Jimena que relata que esse assunto já passou outras duas vezes e deliberaram fazer solicitar à Ouvidoria, via secretaria executiva do Conselho, documentos sobre a estrutura, fluxo e mapeamento dos processos encaminhados antes da próxima reunião da comissão e solicitar a presença de representante da Ouvidoria para dirimir possíveis dúvidas da comissão na próxima reunião, após acesso e análise aos documentos recebidos. Outro ponto discutido foi referente a educação domiciliar, o Conanda recebeu um documento da Associação Nacional dos Procuradores Gerais sobre o assunto que será votado no STF, devido a urgência o Conanda já enviou ofício ao STF em caráter de urgência, endereçado ao relator, solicitando adiamento da pauta para que seja feito um debate mais amplo a respeito do tema, ouvindo os órgãos e atores envolvidos com a temática por meio de audiência pública. Referente a alienação parental já foi pautado na assembleia anterior que ficou acordado a construção de uma nota pública sobre esse tema, ocorreu uma reunião onde a conselheira Iolete esteve representando o Conanda, ela traz como relato que após discursão chegou à conclusão que dificilmente se consegue melhorar a lei que ela terá que ser revogada. Por ser período de eleições seria muito difícil essa revogação e estão se debatendo como o fazer. A conselheira Avelina faz leitura da Nota técnica sobre alienação parental. Próximo ponto e a apresentação da carta compromisso aos presidentes que será encaminhada a todos os candidatos para indicar o compromisso que terão após eleitos com a infância e adolescência. A minuta será encaminhada para que os conselheiros possam contribuir.

Por fim e apresentado ao plenário a nota referente a declaração de um candidato sobre o ECA, a nota e aprovada por unanimidade.

A conselheira Glicia solicita que seja informado a comissão CDHAP quais as ações e encaminhamentos foram dados da deliberação em plenária sobre as crianças Venezuelanas pelos Órgãos Governamentais, e referente a Mato Grosso. Já foram encaminhados ofícios e não obtiveram respostas. Encaminhamentos aprovados: Solicitar à Ouvidoria, via secretaria executiva do Conselho, documentos sobre a estrutura, fluxo e mapeamento dos processos encaminhados antes da próxima reunião da comissão; Solicitar a presença de representante da Ouvidoria para dirimir possíveis dúvidas da comissão na próxima reunião, após acesso e análise aos documentos recebidos; Encaminhar, em caráter de urgência, ofício ao STF, endereçado ao relator, solicitando adiamento da pauta para que seja feito um debate mais amplo a respeito do tema, ouvindo os órgãos e atores envolvidos com a temática por meio de audiência pública; Convidar os atores envolvidos (MEC, CNE, CNPG, CNJ, CNMP, TODOS PELA EDUCAÇÃO, etc.) para próxima reunião da comissão para discutir em conjunto com a CPP esse tema, por meio de um representante – levar a pauta para MD; Aprovação da nota em plenária e encaminhar para os órgãos competentes (CEDCAs, CNJ, CNMP, OAB, ANADEP, CNPG, CNAS, AASP Brasil, IBDFAM, CFTJs Estaduais, CFC, Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, à dep. Soraya Santos); verificar os destinatários anteriores (agosto); Acompanhar, através da SNDCA, o PL 10.712/2018; A mesa diretora ficará responsável pelo documento final que deverá ter 3 páginas (10/09); Fluxo: encaminhamento aos conselheiros (31/08) > retorno dos conselheiros (06/09) > divulgação da carta (13/09); Encaminhar a carta a todos os presidenciáveis e os partidos; Nota pública sobre Declarações de candidatos às eleições sobre os direitos de crianças e adolescentes aprovada; Encaminhamento aos presidenciáveis, partidos, Congresso Nacional, CPA, Fóruns Estaduais e Nacional dos DCA, Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos do MDH. Lista geral do Conanda; Solicitar informações ao Estado do Mato Grosso do Sul, por meio dos conselhos de direitos e governo local; Encaminhar para os conselheiros o andamento dos encaminhamentos aprovados pelo Conanda; Pauta deve ser levada para apreciação da mesa diretora; Aprovação da nota; Encaminhamento ao Congresso Nacional, CPA, Fóruns Estaduais e Nacional dos DCA, Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente, OAB, Conselhos do MDH, CPI de maus-tratos do Senado e da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, CNJ, CNMP, ANADEP, CNPG, CNAS, AASP Brasil, IBDFAM, CFTJs Estaduais, CFC, deputada Soraya Santos.

O S.r. Ananias Neves representante do Colegiado Nacional dos Conselhos Estaduais MG agradece pela acolhida e parabeniza o conselho pela audiência pública em comemoração ao aniversário do ECA e solicita que todas as notas sejam encaminhadas aos conselhos Estaduais pois isso fortalece os conselhos.

17h30: Encerramento da 275ª Assembleia Ordinária do Conanda.